

AS PRIMEIRAS PESQUISADORAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ: MULHERES, PROFISSIONALIZAÇÃO, CIÊNCIA (1938-1968)

Lia Gomes Pinto de Sousa¹
Nara Azevedo²

RESUMO

O artigo tem como foco as primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz objetivando compreender o perfil coletivo desse grupo representativo do rompimento com a exclusividade masculina na ciência brasileira a partir da década de 1940. Utiliza metodologia prosopográfica, cruzamento de fontes e análise contextual sobre o cenário científico, educacional e de gênero do período. As origens socioculturais concentram-se em 3 categorias: filhas de membros da intelectualidade, detentoras de capital econômico ou social e, em menor número, oriundas da classe trabalhadora. Em comum, são provenientes de famílias que valorizam a educação das moças, se beneficiaram da diversificação dos cursos superiores e de especialização de seu tempo e contaram com o recrutamento ativo de seus professores. O grupo foi motivado por transformações culturais que viabilizavam novas formas de atuação feminina no espaço público, bem como novas oportunidades que surgiam na esfera científica, que também negociava seu papel social e maiores condições de profissionalização.

Palavras-chave: profissionalização científica; mulheres; gênero; Instituto Oswaldo Cruz; prosopografia

ABSTRACT

This article focuses on the first female researchers at the Oswaldo Cruz Institute, aiming to understand the collective profile of this group that represented the break with male exclusivity in Brazilian science from the 1940s onwards. It uses prosopographic methodology, cross-referencing of sources and contextual analysis of the scientific, educational and gender scenario of the period. Their sociocultural origins are concentrated in three categories: daughters of members of the intelligentsia, holders of economic or social capital and, to a lesser extent, from the working class. In common, they came from families that valued the education of girls, benefited from the diversification of higher education and specialization courses of their time and relied on the active recruitment of their teachers. The group was motivated by cultural transformations that enabled new forms of female participation in the public sphere as well as new opportunities that arose in the scientific sphere, which also negotiated its social role and greater conditions for professionalization.

Keywords: scientific professionalization; women; gender; Oswaldo Cruz Institute; prosopography

¹ Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (2004), mestrado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2009) e doutorado pela mesma instituição (2023). Atualmente é bolsista de Pós-Doutorado Junior pelo INCT-Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências, sediada no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp.

² Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Sociologia pelo IUPERJ (2000). Na Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, onde ingressou em 1986, é Pesquisadora titular do Departamento em História das Ciências e da Saúde, e docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/ Nota 6 Capes).

1. Introdução

Uma das frentes do Observatório Caleidoscópio é analisar indicadores e trajetórias de mulheres nas ciências, no passado e no presente. A compreensão do processo histórico de profissionalização científica de mulheres, um fenômeno mais amplo iniciado em meados do século XX no Brasil, pode nos auxiliar a identificar condicionantes, dificuldades e experiências exitosas que se refletem no quadro atual, além de contribuir para a maior visibilidade de experiências pregressas em perspectiva coletiva. Alguns trabalhos anteriores já se debruçaram sobre exemplos individuais, devidamente inseridos em sua geração e contexto, de personalidades públicas outrora pouco reconhecidas na historiografia por sua atuação científica, como Bertha Lutz (1894-1976), por exemplo (LOPES, SOUSA, SOMBRIO, 2004; SOMBRIO, LOPES, VELHO, 2008; SOUSA, 2014). Num segundo momento de investigação, expandi a escala de análise para uma coletividade de mulheres que se profissionalizavam num período que ainda recebe pouca atenção dos estudos de gênero e ciências – as décadas de 1940 a 1970 – reforçando, sobretudo, o protagonismo feminino na constituição do campo científico em nosso país.

Embora existam, desde o último quartel do século XX, contribuições brasileiras problematizando o acesso de mulheres à educação e à atuação mais ampla na esfera pública, os trabalhos ora apresentam um recorte de análise até os anos 1930, ora partem dos 1970 em diante. Alguns desses esforços pioneiros foram publicados em veículos historicamente dedicados aos estudos de gênero – como os *Cadernos Pagu*, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, os *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas (FCC) e a *Coleção Bahianas*, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Exemplos pontuais clássicos, que trazem as ambiguidades entre rupturas e continuidades na condição social feminina e sua inserção nas ciências – no início ou no fim dos noventa – são Soihet (1974), Tosi (1981), Tabak (2002), Costa e Sardenberg (2002), Lopes (2006), Lombardi, Vannuchi e Villas Bôas (2024)³, dentre outros. Por outro lado, os trabalhos oriundos da história da ciência, disciplina institucionalizada nos anos 1970 no Brasil, por muito tempo consagraram a imagem do cientista fundamentalmente como um homem branco, independente da temporalidade abordada.

Minhas pesquisas centradas na dimensão coletiva da participação de mulheres nas ciências tiveram início em 2010, quando atuei em diferentes projetos da Casa de Oswaldo

³ Embora esta seja uma obra recente, reúne diversos artigos publicados a partir dos anos 1990 por Maria Rosa Lombardi, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, e colaboradoras.

Cruz/Fiocruz que investigavam aspectos da trajetória de Carlos Chagas Filho no Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil (IB/UB) e do “efeito universitário”, com a criação da UB em 1937, na formação de nível superior de expressivo contingente feminino. Nos arquivos de Chagas Filho, saltaram aos olhos a presença de estagiárias e técnicas, desde 1938, no laboratório chefiado pelo catedrático, ainda subordinado à Faculdade Nacional de Medicina. Por sua vez, o acervo referente ao ensino do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), que oferecia desde 1908 o chamado Curso de Aplicação – um dos poucos existentes na época que exigia diploma universitário e consistia em rigorosa especialização biomédica – revelou em suas fichas de alunos um número crescente de mulheres a partir dos anos 1940, bem como de professoras assistentes.⁴ Finalmente, inseridas em diversas instituições de pesquisa, um documento de fins dos 1950 (CAPES, 1957) demonstrou que as mulheres representavam cerca de 17% do quadro científico das áreas físicas, biológicas, matemáticas e tecnológicas do Rio de Janeiro, estando presentes em mais da metade dos órgãos existentes do Distrito Federal nesta categoria.

A partir daí, uma longa jornada de estudos culminou na tese que teve como foco principal um grupo de 32 pesquisadoras ingressantes no Instituto Oswaldo Cruz entre 1938 e 1968 (SOUSA, 2023), orientada por Nara Azevedo na COC/Fiocruz. Alguns resultados parciais foram publicados em Sousa (2021) e Sousa e Azevedo (2025), além de registrados em relatórios acadêmicos e Anais de eventos desde 2012. Outro artigo, produzido no âmbito do INCT Caleidoscópio, teve como ponto de partida a trajetória de 3 dessas cientistas para avaliar o impacto alcançado na atualidade através de suas genealogias intelectuais, com base nas relações formais de orientação do mestrado ao pós-doutorado (SOUSA, LOPES, BESSA, 2024). No presente texto abordarei alguns aspectos da tese, que se valeu do estudo de caso do IOC para refletir sobre o fenômeno do ingresso de mulheres nas ciências no Brasil, ou seja, o rompimento definitivo da exclusividade masculina nesse campo de atuação, especialmente a partir do pós-II Guerra.

Embora seja possível encontrar registros de mulheres cientistas ou profissionais de nível superior anteriormente ao período em questão e, de fato, apenas a partir dos anos 1970 o quadro se altere consideravelmente, é nos meados do século XX que há o início de um processo mais coletivo e substantivo de inserção do sexo feminino nesse campo

⁴ Dados encontrados no Fundo Carlos Chagas Filho e Fundo Instituto Oswaldo Cruz - Seção Departamento de Ensino e Cursos do acervo do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

em nosso país. Se em períodos mais longínquos essa atuação era prerrogativa de moças de alta classe ou detentoras de um capital social privilegiado, profundas transformações culturais e da própria esfera científica nos anos 1940/50 conferiram um cenário menos restritivo ao ingresso no mundo da ciência. É necessário ressaltar que não se tratava de um fenômeno equânime de gênero em proporção numérica, tampouco em termos de outros marcadores sociais, como classe, por exemplo.⁵ Mas podemos pensar como o início de um longo processo de abertura, um ponto de inflexão na história da profissionalização científica de mulheres no Brasil, que coincide com um período de inflexão também do processo histórico de profissionalização da ciência brasileira (FERREIRA ET AL., 2008; SOUSA, 2021; SOUSA, 2023).

A tese teve como objetivo compreender as condições dessa mudança e as características desse fenômeno. Ou seja, quais foram os fatores que favoreceram o ingresso coletivo de mulheres nas ciências no Brasil e qualificar como se deu esse ingresso, essa participação. Isso foi feito com base no estudo de caso do Instituto Oswaldo Cruz, embrião da atual Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz do Rio de Janeiro, observando também outras instituições de ensino e de pesquisa que compunham o cenário científico da época. Outros objetivos gerais e anteriores foram contribuir com uma crítica à invisibilidade historiográfica das mulheres na ciências, problematizando ausências na bibliografia, e promover o cruzamento de objetos e perspectivas, estabelecendo um diálogo entre os estudos de gênero, de história das mulheres e de história da ciências – que seria útil tanto para compreensão dos processos de ampliação da atuação feminina no espaço público como também dos processos constitutivos da esfera científica, da instituição Ciência, no Brasil.

Uma das estratégias metodológicas da pesquisa foi o uso da perspectiva prosopográfica, que buscou identificar a constituição do grupo em questão – “mulheres que fazem ciência” no Instituto Oswaldo Cruz –, destacando os elementos comuns à coletividade analisada, ou seja, as características que a definem enquanto grupo emergente e representativo de uma nova realidade social (HEINZ, 2006; STONE, 2011). Aqui será apresentado um recorte do que foi encontrado como o perfil coletivo investigado, construído com base em dados biográficos e problematizado à luz do conceito de geração de Mannheim (1978), que propõe o agrupamento de indivíduos em

⁵ No tocante à cor/raça, não foi possível, no caso do IOC, identificar a composição do grupo, uma vez que as fontes escritas e orais não fazem menção a essa categoria, que não deve ser atribuída, mas autodeclarada.

função das experiências e atitudes compartilhadas. Os integrantes de uma mesma geração são afetados de forma semelhante por determinados eventos históricos e constroem uma visão de mundo comum ao grupo.

O artigo resume os principais achados acerca dos antecedentes – origem familiar/sociocultural e escolaridade – daquelas que viriam a se profissionalizar a partir dos anos 1940 no IOC. Além de suas trajetórias pregressas, aborda também as motivações que guiaram seus primeiros passos no caminho científico que iriam construir. Tais achados encontram-se mais desenvolvidos no Capítulo 5 da tese (SOUSA, 2023) e reforçam a importância da abordagem qualitativa associada à quantitativa, uma vez que a constatação de indicadores estatísticos sobre a presença de mulheres nas ciências não prescinde de análises contextualizadas e sensíveis à condição humana de trajetórias individuais e coletivas.

2. Em busca do perfil: “mulheres que fazem ciência”

O documento da Capes (1957) mencionado na seção introdutória do artigo revela um vislumbre estático e parcial do cenário científico do Rio de Janeiro. A contagem nominal dos participantes, inferindo o gênero, oferece uma importante noção geral da comunidade científica enfocada, mas a porcentagem feminina obtida pode ser ainda maior, dada a existência de inúmeros pesquisadores atuando nas instituições de maneira informal ou não permanente, como contratados ou extranumerários, e que posteriormente foram enquadrados nos cargos oficiais. Embora existissem homens trabalhando sob “vínculo precário”, essa situação era especialmente comum entre as mulheres, como constatado no caso do IOC. Ainda assim, mesmo dentre as contabilizadas no documento, é notável a existência de algumas instituições com proporção feminina mais alta do que a média, como o Laboratório da Produção Mineral do Ministério da Agricultura (25,80%), o Instituto Nacional de Tecnologia (23,07%), o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil (35,71%) e o Laboratório Nacional de Análises (75%), por exemplo.⁶

No caso do IOC, se os dados da Capes indicam que as mulheres eram 10,25% do quadro oficial em 1957, o cruzamento de fontes aponta que essa presença esteve entre 15% e 20% no período que compreende o início dos anos 1950 ao fim dos 1960 (SOUSA,

⁶ Ver o quadro científico por gênero e instituições do Distrito Federal de 1957 apresentado no Anexo 1 em Sousa (2023). Sobre os caminhos funcionais das cientistas do IOC até seu enquadramento no quadro permanente do Ministério da Saúde, embasado no longo processo de reforma administrativa do funcionalismo público, ver o Capítulo 4 da mesma.

2021; SOUSA, 2023; SOUSA, LOPES, BESSA, 2024). Ao observarmos o quadro funcional da instituição desde 1908, percebemos três casos isolados de mulheres que ingressaram nos anos 1920 e 1930 em funções ligadas a atividades de pesquisa (duas Auxiliares de laboratório em 1922 e 1936 e uma Ajudante de farmácia em 1928) mas não permaneceram por muito tempo, ou seja, não construíram carreira ali. É a partir de 1938 que há o ingresso feminino de forma constante e duradoura: duas cientistas são admitidas no final dos anos 1930, dez nos anos 1940, 16 nos anos 1950 e apenas quatro nos anos 1960 – em 1964, muitas delas são efetivadas mediante o Decreto nº 55.276 que estruturou o quadro de pessoal do Ministério da Saúde. As décadas de 1940 e 1950, portanto, constituem o período em que há um primeiro incremento mais substancial do gênero feminino no quadro científico do Instituto Oswaldo Cruz.

O fenômeno é, em parte, reflexo das reformas educacionais ocorridas no Brasil nas décadas anteriores, sendo a remodelação do ensino superior a principal delas. No Rio de Janeiro, a criação da Universidade do Brasil (UB) em 1937, que buscava centralizar o modelo universitário em nível nacional, trouxe um novo cenário de oportunidades a um público que almejava ampliar sua escolarização. Além de reunir as escolas e faculdades isoladas anteriormente existentes, basicamente de Medicina, Direito e Politécnica, em 1939 a UB funda a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), que absorve os cursos de ciências da Universidade do Distrito Federal (UDF), de curta existência (1935-1939). Nesse período a Escola Nacional de Química (ENQ) e a Faculdade Nacional de Farmácia (FNF) também adquirem maior proeminência e autonomia dentro da Universidade. A modernização e diversificação do ensino – com a oferta de novos cursos, como os de Química e de História Natural da FNFfi –, juntamente com a valorização da pesquisa na universidade e o surgimento de novas identidades profissionais, especialmente a partir de 1945, alcançou uma clientela diversa do ponto de vista social e de gênero. Esses cursos apresentavam-se como uma alternativa às carreiras tradicionais, nas quais predominavam os homens da elite.

As pesquisas de Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira trouxeram novos sentidos às reformas em diversos níveis educacionais empreendidas nos anos 1920 a 1940 no Brasil. Associada a um processo de modernização econômica e cultural, de costumes e estilo de vida urbana, a expansão do sistema de ensino básico contemplou um número crescente de mulheres – que já lutavam por maior acesso à instrução, e que cada vez mais saíam da situação de analfabetismo e passavam a viver novas experiências sociais

(AZEVEDO, FERREIRA, 2006). Embora prevalecesse uma mentalidade que associava o papel feminino à domesticidade, o novo cenário criou condições institucionais e culturais transformadoras às mulheres: de socialização no mundo público, de atuação profissional e inclusive de ingresso no ensino superior, especialmente após a remodelação do ensino universitário nos anos 1930/1940. As Faculdades de Filosofia, que objetivavam tanto a formação de quadros para o magistério como a produção de conhecimento “desinteressado”, têm sido vistas como o principal local de destino das jovens, o que se refletiu no intenso recrutamento de mulheres nas instituições científicas já a partir da década de 1940 (FERREIRA ET AL., 2008).

No Brasil como um todo, para os anos 1950 a 1970, é crescente a proporção de mulheres nos cursos superiores de “Física, Química, Matemática e Biologia”, de acordo com o estudo de Barroso e Mello (1975): 38% em 1956, 38% em 1961, 42% em 1966 e 49% em 1971. Em 1956 esses cursos representavam 5% das matrículas femininas (do total de 20.545 alunas), enquanto em 1971 a porcentagem sobe para 10% (de 178.080 alunas totais) – as áreas de ciências exatas e biológicas ascendem da 7a. para 3a. posição em termos da procura de mulheres discentes. Em 1956, se a maior porcentagem de matrícula feminina se concentrava na carreira de humanas (34%), o segundo maior contingente se destinava para a Medicina (13%). Neste curso, a proporção feminina em 1956 era de 20%, passando a 24% em 1971, enquanto em Farmácia, elas eram 34% dos discentes em 1956 e 50% em 1971.

Especificamente na Universidade do Brasil, encontramos dados reveladores da procura feminina pelos cursos científicos, mesmo em períodos anteriores. Na Faculdade Nacional de Filosofia, de 1942 – ano em que se formava a primeira turma que cursou exclusivamente a FNFi, ou seja, não foi transferida da extinta UDF – até 1955, a relação de diplomados (bacharéis e licenciados) em História Natural e Química demonstra que as mulheres são maioria em quase todos os casos. No curso de História Natural elas são 69,62% na modalidade Licenciatura (55 mulheres e 24 homens) e 66,10% no Bacharelado (39 mulheres e 20 homens). Já em Química, elas são 53,40% na Licenciatura (47 mulheres e 41 homens) e 49,09% no Bacharelado (54 mulheres e 56 homens). Os dados, retirados dos arquivos da atual UFRJ (FUNDO FNFI), são superiores à média nacional de 1956, apresentada por Barroso e Mello (1975): 55% de mulheres nos cursos de Biologia e 36% nos de Química.

No caso da FNF/UB, tais cursos davam ênfase às disciplinas de base, e o perfil profissional estimado aos formados era tanto a atuação no magistério como na pesquisa científica – ainda que esta última atividade caminhasse a passos lentos no ambiente acadêmico até meados dos anos 1940 (FÁVERO, 2013). A Escola Nacional de Química (ENQ), por sua vez, criada em 1933 e incorporada à Universidade do Brasil em 1937, possuía perfil distinto: seu principal curso até 1952 era o de Química Industrial, destinado à formação de técnicos especializados para a indústria química (a partir daquele ano, ofereceria também o curso de Engenharia Química). A ENQ não visava ao desenvolvimento da pesquisa e da ciência básica, mas, de caráter aplicado, possuía excelência técnica e de ensino, o que acabou por formar muitos futuros cientistas. De 1938 até 1952, 20,46% dos diplomados em Química Industrial eram do sexo feminino: 98 mulheres e 381 homens (SILVA, SANTOS, AFONSO, 2006; SOUSA, 2023).

No caso da Farmácia, a crescente feminização da profissão é conhecida de longa data. Na Universidade do Brasil, o curso foi organizado em 1937 na Faculdade Nacional de Farmácia (FNF), mas ainda subordinado à Faculdade Nacional de Medicina. Apenas em 1945 a FNF adquiriu, mediante decreto, autonomia didática e administrativa, o que veio a se concretizar de fato em 1947, quando transfere sua sede para edifício próprio. Nesse ano o curso passa por uma profunda reforma curricular, modernizando suas disciplinas e consolidando o perfil técnico-científico da formação oferecida (RODRIGUES ET AL, 2009). A desvinculação do curso médico, tradicionalmente masculino, e a ampliação do mercado de trabalho durante o pós-guerra – especialmente a expansão da indústria farmacêutica – podem ter influenciado o aumento da procura feminina por essa profissão.

Os cursos acima citados são justamente aqueles de formação das cientistas do IOC abordadas neste estudo. Como se verá, a Medicina – de pouca receptividade às mulheres – vai perdendo importância dentro o grupo analisado, frente à diversificação do ensino que se apresenta a partir dos anos 1940 no Rio de Janeiro. Juntamente às novas condições institucionais de qualificação escolar, com o aumento da oferta de cursos superiores e o surgimento de novas identidades profissionais, verifica-se o crescimento da demanda pela formação universitária. Esta deixa de ser relacionada a marcas de distinção de uma elite oriunda da aristocracia rural e passa a ser cada vez mais vista como um instrumento de mobilidade social, num contexto desenvolvimentista, de industrialização e urbanização, que abria novos postos de trabalho – seja no magistério que se expandia, seja nos órgãos

da administração pública que se estruturava, como também nas ocupações não médicas ligadas à saúde.

Os cursos de ciências recém-inaugurados mostraram-se como importantes portas de acesso a esse novo leque de atuações. O surgimento de tais cursos no Brasil está ligado à mobilização de uma coletividade de cientistas, majoritariamente formados em medicina, que defendiam a profissionalização da carreira científica, referenciada na pesquisa básica (não necessariamente objetivando aplicações práticas imediatas), na especialização das disciplinas e no fomento estatal – que enfim se concretizou na criação do CNPq e da Capes em 1951. Tais transformações encontraram condições favoráveis no contexto da Guerra Fria, quando se fortalece a associação da ciência com os ideais de defesa nacional e de desenvolvimento político, econômico e social, intensificando-se a valorização da pesquisa, a cooperação internacional e a criação de políticas científicas (FORJAZ, 1989; BOTELHO, 1990; FERNANDES, 2000).

A disseminação de um novo valor dado à educação, bem como à atividade científica, impulsionou a procura universitária por novos segmentos sociais, modificando o perfil estudantil a partir dos anos 1940/50. Especialmente a classe média urbana e descendentes de imigrantes, mais propensos a abdicar do prestígio dos cursos tradicionais, dirigiram-se aos novos cursos, em especial os das Faculdades de Filosofia:

“Os cientistas raramente são recrutados no topo da hierarquia social, onde o poder e o dinheiro são muito mais fáceis de conseguir. Para as mulheres e filhos dos imigrantes, e para as pessoas do povo que procuravam a nova instituição, muitas vezes sonhando com pouco mais do que um futuro emprego como professor, a ciência se tornou subitamente uma nova visão do mundo, que muitos adotaram com entusiasmo” (SCHWARTZMAN, 2001: 30 – Cap. 5).

Uma parcela da população feminina que compartilhava uma nova mentalidade acerca de seus papéis sociais, não mais restritos ao domínio doméstico, também se mobilizou em busca dessas novas oportunidades que se abriam. Algumas incursões da “mulher moderna” são elementos sutis de transformações culturais que se engendravam desde o início do século XX – como as trabalhadoras do setor da indústria e de serviços, as educadoras, literatas, feministas, naturalistas-viajantes, as *sportswomen* e um crescente contingente de estudantes universitárias, por exemplo. Nesse ambiente que se abre nos anos 1930, primeiramente na Universidade de São Paulo (USP) em 1934, encurtam-se distâncias entre os gêneros e entre gerações – na relação próxima entre discentes e

docentes, na intensificação da vida social e intelectual – e desvelam-se horizontes antes não avistados (TRIGO, 1994; BLAY, LANG, 2004). Conviveram com novas expectativas e um novo repertório de possibilidades, lançando-se na esfera pública e aventurando-se em diversos espaços de sociabilidade, inclusive no mundo da ciência.

Inseridas nesse cenário em transformação, as 32 pesquisadoras encontradas que construíram carreira no Instituto Oswaldo Cruz, com ingresso entre 1938 e 1968, estão sistematizadas no Quadro 1 abaixo, organizadas por gerações. As gerações foram demarcadas pela temporalidade da experiência universitária – que se transforma, assim como o cenário científico e de gênero, com o advento da II Guerra Mundial. O esquema foi inspirado nas considerações de Schwartzman (2001) sobre a formação da comunidade científica brasileira que, entretanto, não contempla a atuação de mulheres em sua obra. Por meio das gerações é possível acompanhar, ao longo do tempo, a disponibilidade dos cursos superiores existentes relacionados à atividade científica que possibilitaram o ingresso no IOC e que atraíram um público feminino interessado em ciência.

QUADRO 1 - Relação das 32 pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz com ingresso entre 1938 e 1968, classificadas por gerações

Nome / nascimento	Formação
PIONEIRAS Formadas na década de 1930	
Mary Barhyte Waddel (Lençóis-BA, 1907-1966)	Medicina – Woman’s Medical College of Pennsylvania, Filadélfia (1933)
Oridéa Ebba Zanasi Fernandes (1910)	Farmácia – Fac. Nac. de Medicina / UB (até 1937)
Gessy Duarte Vieira (Bahia?, 1911-1963)	Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia (1933)
Maria Isabel Mello (Rio Grande do Sul?)	Faculdade de Farmácia de Santa Maria – RS (1935)
Rita Alves de Almeida Cardoso Rita Lyrio A. de Almeida (Salvador?, 1913)	Medicina – Faculdade de Medicina da Bahia (1936/1937)
Julia Vidigal Vasconcelos	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia / UB (1937)
Laura M. Tavares de Queiroga (Paraíba, 1920-1970)	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia / UB (1939)
FUNDADORAS Formadas durante a II Guerra Mundial (1940-1945)	
Clélia de Paiva	Medicina – Fac. Nac. de Medicina/ UB (até 1945)
Maria de Lourdes dos Santos	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia/ UB (entre 1937-48)
Niber da Paz Moreira da Silva (Rio de Janeiro, 1919)	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia / UB (1941)
Arlette Ubatuba / Arlette Ferreira Ramos (Rio de Janeiro, 1917-2014)	Medicina – Fac. Nac. de Medicina / UB (1942)
Mireille Carneiro Felipe dos Santos / Mireille Isaacson Carneiro Felipe (MG?, 1918)	Química Industrial – ENQ/ UB (1942)

Clotilde Pirro (Italia, 1919)	Química Industrial – ENQ / UB (1942)
Hertha Paula Laszlo (Viena, 1922)	Química – Univ. de Budapeste (1945) Licenciatura em Química - FNFi/UB (1954)
MODERNAS Formadas no pós-Guerra (1946-1955)	
Luiza Krau Oliveira / Luiza Krau (Rio de Janeiro, 1916-2020)	História Natural – Faculdade Nacional de Filosofia / Universidade do Brasil (1946)
Neuza Amazonas Coelho (Niterói, 1925)	História Natural – FNFi / UB (1946)
Ismélia Alves de Almeida Venâncio / Ismélia Lyrio Alves de Almeida (Salvador, 1924)	Química Industrial – ENQ / UB (1947)
Otilia Rodrigues Affonso Mitidieri / Otilia R. Affonso (Rio de Janeiro, 1927)	Química Industrial – ENQ / UB (1949) Engenharia Química – ENQ / UB (1957)
Maria do Carmo Pereira (Amazonas, 1925)	Medicina – Fac. Nac. de Medicina / UB (1950)
Clotilde Paci	Química (por suposição / até 1951)
Thereza José Antonio Adum (1917)	Farmácia – Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora (até 1951)
Maria Celina Cassales de Escosteguy (1926)	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia / UB (entre 1946-49)
Regina Raposo de Abreu / Regina M. R. dos Santos (Rio de Janeiro, 1929)	Química – Faculdade Nacional de Filosofia / Universidade do Brasil (1952)
Maria Ferrari Gomes (Espírito Santo, 1926)	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia / UB (1952)
Dyrce Lacombe de Almeida / Dyrce da Cunha Lacombe (Rio de Janeiro, 1932)	História Natural – FNFi / UB (1954)
Neide Guitton Maciel	História Natural (por suposição / até 1959)
Formadas entre 1956 e 1968	
Itália Guarany Angiola Kerr / Itália G. A. Ballini (Andradas-MG, 1927-2014)	História Natural – FNFi/UB – Universidade do Estado da Guanabara (1957)
Pedrina Cunha de Oliveira / Pedrina Rodrigues da Cunha (Santa Cruz-GO, 1934)	Farmácia – Fac. Nac. de Farmácia / UB (1958)
Ortrud Monika Barth Schatzmayr / Ortrud M. Barth (Alemanha, 1939)	História Natural – FNFi/UB (1961)
Anna Kohn Hoineff / Anna Kohn (Rio de Janeiro, 1940)	História Natural – Univ. do Rio de Janeiro / Universidade do Estado da Guanabara (1962/1963)
Delir Corrêa Gomes Maués da Serra Freire / Delir Corrêa Gomes (Rio de Janeiro, 1938)	História Natural – Universidade do Estado da Guanabara (1966)
Dely Noronha de Bragança Magalhães Pinto / Dely Noronha de Bragança (Rio de Janeiro, 1942)	História Natural – FNFi / UB (1968)

Adaptado de SOUSA (2023)

Após ingressarem no Instituto Oswaldo Cruz, essas pesquisadoras atuaram nas mais diversas áreas e técnicas da biomedicina, como: anatomia patológica, virologia, fisiologia, endocrinologia, bioquímica, cultura de tecidos, bacteriologia, micologia, hidrobiologia, microscopia eletrônica, palinologia, ecologia, entomologia, helmintologia, histologia, cancerologia e genética. Observando esse contingente feminino expressivo

atuante em diferentes especialidades científicas, alguns questionamentos vêm à tona: quem eram essas mulheres e como foi possível ingressar nesse seletor mundo profissional, o qual passava também por um processo de afirmação de sua função social e estruturação de carreira?

As respostas a tais questionamentos permitem traçar a historicidade desse sujeito coletivo, ou seja, compreender como se conformou esse grupo socioprofissional que possui uma especificidade do ponto de vista de gênero, mas não era excepcional nem alheio a seu contexto. Para além de evidenciar a existência de um conjunto de mulheres cientistas em sua expressão numérica, as seções abaixo buscam explorar a experiência concreta das personagens em foco, demonstrando como sua emergência foi pautada por limites e possibilidades existentes na sociedade à qual pertenciam – limites e possibilidades esses que interagem com as vivências e agências individuais das próprias personagens.

3. Origens socioculturais e a valorização da educação

Referente à origem, foram encontrados dados sobre a naturalidade ou nacionalidade de 24 das 32 pesquisadoras abordadas: 21 são brasileiras e 3 são estrangeiras (nascidas na Itália, Áustria e Alemanha). Das brasileiras, 10 nasceram no Rio de Janeiro, 4 na Bahia, 1 em Minas Gerais, 1 na Paraíba, 1 no Amazonas, 1 em Goiás, 1 no Espírito Santo e 1 no Rio Grande do Sul. Ainda para uma delas (Mireille Carneiro Felipe), supõe-se que tenha nascido em Minas Gerais, devido à trajetória de seu pai, o cientista José Carneiro Felipe, que residia em São João del-Rei até 1919, quando ingressou no IOC.⁷ Os dados aqui dispostos foram retirados do cruzamento de fontes diversas como as fichas de matrícula, dossiês e livros de registro de alunos dos cursos oferecidos pelo IOC e depoimentos do acervo de história oral da COC/Fiocruz (FUNDO INSTITUTO OSWALDO CRUZ e FUNDO CASA DE OSWALDO CRUZ).

Avaliando a distribuição regional por geração, dentre as Pioneiras (formadas na década de 1930) a maioria é proveniente de fora do estado do Rio de Janeiro. Dessas, apenas a paraibana Laura Maria Tavares de Queiroga se formou na cidade carioca, onde provavelmente morava desde a infância, conforme registro de admissão escolar aos 9 anos de idade. Das 7 pioneiras totais, somente 3 diplomaram-se na Capital Federal – na recém

⁷ Outras 3 suposições foram feitas nessa contagem com base no estado da universidade cursada pelas pesquisadoras Maria Isabel Mello (RS), Gessy Duarte Vieira e Rita Lyrio Alves (BA), conforme Quadro 1.

fundada Universidade do Brasil – e o curso predominante é o de Farmácia (4), seguido de Medicina (3). A 1ª geração de mulheres cientistas do Instituto Oswaldo Cruz possui um perfil geográfico exógeno ao da instituição de destino, o que pode sugerir que as oportunidades de formação científica no Rio de Janeiro não eram ainda receptivas ao público feminino nos anos 1930 e, ao mesmo tempo, Manguinhos foi capaz de atrair as diplomadas oriundas dos demais estados (Bahia e Rio Grande do Sul).

Já dentre as graduadas durante a II Guerra Mundial, encontramos duas estrangeiras (uma italiana e uma austríaca) e três comprovadamente brasileiras: duas nascidas no Rio e uma supostamente em Minas. Das 7 pesquisadoras do grupo das Fundadoras, temos a informação de origem de 5 delas, mas todas – exceto a austríaca que chegou no país já formada em Budapeste (e ainda assim licenciou-se posteriormente pela Faculdade Nacional de Filosofia) – formaram-se na Universidade do Brasil. Entre 1940 e 1945 essa instituição já começou a tornar-se mais atrativa às mulheres e foi a principal porta de acesso delas no IOC. Os cursos frequentados ainda se concentram em Farmácia (2) e Medicina (2), mas soma-se a esses o curso de Química Industrial (2) oferecido pela Escola Nacional de Química (ENQ/UB). A única formada no exterior havia cursado Química – essa área disciplinar recebeu um crescente reconhecimento público no contexto de guerra e despertou também o interesse feminino.

Finalmente, a 3ª geração de pesquisadoras do IOC – aquelas formadas a partir do pós-guerra, denominadas Modernas – compõe a maioria do grupo total, 18 cientistas. Destas, 1 é estrangeira (alemã), 8 são oriundas do estado do Rio de Janeiro, 5 de demais estados brasileiros (BA, AM, ES, MG e GO) e 4 são de origem desconhecida. Assim como as Fundadoras, o Rio é a cidade mais escolhida para a diplomação superior, mesmo dentre as oriundas de outros estados (exceto uma que se formou em Juiz de Fora-MG). A Universidade do Brasil continua exercendo forte atração sobre o público feminino e a única novidade em relação às estudantes do 2º grupo das Modernas (diplomadas entre 1956 e 1968) é o surgimento de mais uma opção no Distrito Federal, a Universidade do Estado da Guanabara (3). Quanto aos cursos, mais uma novidade: a História Natural desponta como principal escolha da 3ª geração (9), embora os anteriormente citados continuem constando dentre a diplomação das futuras pesquisadoras do IOC – Química

(4), Farmácia (4), Medicina (1).⁸ O curso de História Natural está ligado às origens dos de Ciências Biológicas, mas contemplava uma formação mais ampla, incluindo as disciplinas de geologia e mineralogia, por exemplo.

Se a maioria das cientistas abordadas são brasileiras (no mínimo 20 e no máximo 29), ao menos 7 delas são descendentes diretas ou próximas de imigrantes, majoritariamente europeus: seus parentes são oriundos da França, Portugal, Espanha, Itália, Suíça, Alemanha e Polônia (Dyrce, Mireille, Pedrina, Itália, Luiza e Anna). Apenas Mary Waddel possui pais naturais dos EUA. No caso europeu, essa ascendência é compreensível seja pela política brasileira de incentivo à imigração desde meados do século XIX, com interesses econômicos e eugenistas, seja devido ao contexto da I e da II Guerra Mundial, que influenciou especialmente a formação da comunidade científica em nosso país. A perseguição antisemita, por exemplo, influenciou a entrada de famílias de origem judaica, como a de Anna Kohn, cujos pais vieram fugidos do fascismo do entreguerras. Por sua vez, o pai de Itália Angiola Ballini, considerado por ela como “meio socialista, meio anarquista”, veio ao Brasil a trabalho e optou por permanecer aqui quando da ascensão de Mussolini ao poder.

Dentre as estrangeiras, Monika Barth, nascida na Alemanha, migrou ainda criança durante o pós-guerra (1949), sendo criada no Rio de Janeiro desde os 10 anos de idade. Seus pais buscavam novas oportunidades de vida em decorrência da devastação em seu país de origem. Já os indícios sobre a italiana Clotilde Pirro (nascida em 1919 e formada no Brasil em 1942) e a austríaca Hertha Paula Laszlo (nascida em 1922, formada no exterior em 1945 e licenciada no Brasil em 1954), sugerem que seus deslocamentos ao território nacional também estão associados ao conflito mundial ou às condições subsequentes a esse contexto.

Embora com percursos e origens distintas, o que perpassa as três gerações de pesquisadoras abordadas é o fato de possuírem, com frequência, pais intelectuais, com alguma formação científica, ou serem originárias de famílias com algum capital social e/ou econômico. E mesmo dentre as que não se enquadram nessa condição, a valorização da educação das moças é marcante em suas histórias pregressas.

⁸ Nessa contagem foi feita uma suposição para o curso de Química e uma para o de História Natural, com base no cruzamento de fontes sobre a atuação científica das personagens (Clotilde Paci e Neide Guitton Maciel).

Foram encontradas informações dessa natureza para 14 das 32 cientistas em foco, das quais 7 foram classificadas como “filhas de” (pais inseridos na comunidade científica), sendo 2 da geração das Pioneiras, 1 Fundadora e 4 Modernas. Por sua vez, 4 (todas Modernas), são detentoras de um *capital social ou econômico*, detectado a partir das ocupações paternas. Finalmente, também na geração Moderna, 3 são oriundas da *classe trabalhadora*. Não foram encontradas informações substantivas sobre a profissão materna, mas sabemos que 3 possuíam alguma atividade remunerada e 6 eram declaradas donas de casa. Destas, apenas uma tinha curso superior, era enfermeira, mas não exerceu a profissão.

As “filhas de” (7 pesquisadoras) são herdeiras de um capital científico familiar, descendentes de uma classe intelectual já atuante no país. Desde cedo tiveram a oportunidade de travar contato com o mundo científico e dos estudos numa relação íntima, quase natural, o que pode ter facilitado seu encaminhamento profissional. Duas delas são irmãs (Rita e Ismélia), filhas do reconhecido educador baiano Isaías Alves de Almeida (1888-1968). Outras duas pesquisadoras do grupo são filhas de cientistas do próprio Instituto Oswaldo Cruz: Mireille, do físico-químico José Carneiro Felipe (1886-1951), e Monika, do zoólogo Rudolf Barth (1913-1978). E três são filhas de engenheiros: o Rev. William Alfred Waddell, pai de Mary, era estadunidense formado em Engenharia Civil e missionário presbiteriano no Brasil – foi um dos fundadores do Colégio Mackenzie de São Paulo e atuou na criação de escolas e hospitais no interior da Bahia; Thomaz Alberto Teixeira Coelho Filho, pai de Neuza, era engenheiro agrônomo e catedrático de Geologia e Paleontologia da FNF/UB; já o pai de Itália, engenheiro e geólogo, trabalhou no levantamento aerofotogramétrico da cidade de São Paulo, na construção da estrada de ferro São Paulo-Minas e no levantamento de minas de ferro e manganês em Ouro Preto.

A segunda categoria de proveniência familiar – *capital econômico ou social* (4 pesquisadoras) – apresenta igualmente uma mentalidade favorável aos estudos e à profissionalização das jovens, ainda que não haja exemplos a serem seguidos na família que fossem atuantes no campo científico. Se não encontraram inspirações concretas em seus lares de origem, foi no colégio, e com o apoio dos genitores, que essas moças tiveram o principal estímulo para ingressarem no mundo da ciência. O que se destaca neste grupo é a posse de recursos materiais ou de uma rede de relações sociais que, independentemente da ocupação paterna, possibilitou que suas filhas expandissem seus horizontes pelo mundo público. Otília, filha de oficial da Marinha Mercante; Pedrina,

filha de fazendeiro de Goiás; Anna, de imigrante polonês que se estabeleceu como vendedor de joias; Dely, cujo padraсто trabalhava no imponente Hotel Serrador e era amigo de muitos políticos – jamais conheceram limites na busca pelo conhecimento e qualificação, estudaram em bons colégios e tiveram seus caminhos cruzados, desde o nível secundário, com professores entusiastas do recrutamento das jovens.

Por fim, as oriundas da *classe trabalhadora* (3 pesquisadoras) são filhas de ferroviário, despachante e contador (administrativo de baixo escalão), todos funcionários da rede da Central do Brasil. Luiza, Dyrce e Delir compõem uma minoria, dentre as cientistas cuja vida pregressa é conhecida, proveniente de famílias com poucos recursos e estudo. Mas o incentivo dos pais e o apoio de seus professores, que lhes direcionaram para o caminho científico desde jovens, tiveram influência decisiva para o ingresso em um mundo profissional completamente alheio a suas origens socioculturais.

No caso das pesquisadoras da geração Moderna, independentemente de sua proveniência familiar, um dado comum encontrado foi a importância de figuras femininas: são as mães, em especial, que insistem na continuação de seus estudos pelo nível secundário (atual Médio) e superior. Embora os pais também desejassem, com frequência, a qualificação das filhas, o estímulo das genitoras se destaca nos depoimentos das cientistas.

A mãe de Monika estudou até o segundo grau, mas queria ter cursado Matemática no ensino superior. Na Alemanha, após a guerra, vendia tecelagem e bordados para uma loja, além de datilografar os trabalhos do marido, zoólogo. O casal matriculou a filha no secundário científico (Colégio Pedro II) justamente pensando em seu posterior ingresso na faculdade. A mãe de Itália dava aulas de italiano no Rio, era extrovertida, gostava de aventuras, viajava muito com o cônjuge, engenheiro, e endossava, com este, a importância dos estudos e da independência, criando as filhas para serem “autossuficientes”.

Já Pedrina foi alfabetizada em casa pela mãe, que lhe cultivou o hábito da leitura desde criança, talvez porque precisava “botar os filhos quietos”, pondera. A jovem teve toda liberdade para sair do interior de Goiás desde o ensino secundário e seguir no superior no Rio de Janeiro, onde suas irmãs mais velhas cursavam a Faculdade de Medicina – outra referência feminina no seio familiar, que trilhava ainda os primeiros passos no caminho científico. A mãe de Anna, caracterizada por esta como “de pouca escolarização, mas muita cultura”, defendeu sua escolha de ingressar na universidade frente a resistência do pai, que valorizava apenas o ginásio para a filha alcançar um bom

casamento. Interessada em ampliar sua própria instrução, a genitora frequentava cursos de extensão oferecidos pelo Museu Nacional, como o de educação sexual. Já Dely, órfã de pai desde pequena, foi criada pela mãe – que era formada em enfermagem, mas priorizou a vida doméstica – e por seu padrinho, amigo da família. Com eles, frequentava o Teatro Municipal, sonhava em ser bailarina e, quando optou pelo curso científico ao invés da Escola Normal, planejada pelos pais, recebeu todo o apoio.

Luiza recorda-se de ler romances para a mãe na infância e ter aulas improvisadas de botânica com sua irmã mais velha, futura normalista, no quintal de casa, entre capins e raízes de gameleira. Já a mãe de Dyrce trabalhava no escritório da Central do Brasil com o marido, que não se preocupava com os estudos dos filhos, mas foi ela que insistiu na escolarização destes. Por fim, Delir destaca o empenho da mãe, de personalidade “mais aberta” e 11 anos mais nova que o pai, mais rígido, na concretização de seus estudos.

Assim, criadas dentro de uma mentalidade que valorizava a educação, independente dos recursos familiares ou origens sociais, essas jovens foram estimuladas a completar sua escolarização formal básica de modo que estivessem aptas ao ingresso no ensino superior. O que, se não era algo generalizado à população como um todo – tampouco à parcela feminina – já se mostrava como uma realidade possível a um número cada vez maior de moças. Os dados disponíveis a esse respeito referem-se a 10 cientistas, todas pertencentes à geração das Modernas.

No nível ginásial (atual Fundamental, anos finais), identificamos, no Rio de Janeiro, o Colégio Santo Amaro, Instituto Lafayette, Colégio Anglo-Americano, Instituto Roccio, internato religioso e Ginásio Arte e Instrução. Este último, no bairro de Cascadura, foi frequentado por duas das pesquisadoras do grupo, e possui um histórico de formação de outros futuros cientistas, como Newton Dias dos Santos (1916-1989), Oswaldo Frota-Pessoa (1917-2010) e Leda Dau (1924-2011). Em outros estados, duas delas estudaram em internato de freiras: Itália Ballini no Ginásio Marconi, de caráter misto em Belo Horizonte, e Pedrina Cunha, numa instituição exclusivamente para moças em Goiás.

No caso do ensino secundário (atual Médio), as 10 estudantes optaram pela modalidade “científico”, muitos em regime misto de educação. A maioria (8) estudou na cidade do Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, Andrews (2 casos), Anglo-Americano, Escola Municipal Souza Aguiar, Mariz e Barros, Colégio Universitário e um colégio não identificado localizado no bairro do Méier. As instituições de outras regiões são um

colégio estadual leigo de Goiânia (Pedrina Cunha) e, no caso de Maria Ferrari Gomes, natural do Espírito Santo, não possuímos a identificação e localidade, mas teria cursado o científico.

Este foi um grande salto na vida das jovens interessadas em ampliar seu conhecimento e possibilidades de atuação futura, abrindo-lhes as portas para o ensino universitário e, posteriormente, a construção de suas carreiras. Para tanto, além do gosto pelos estudos e anseios pessoais, o apoio de professores nos diversos níveis de ensino foi fundamental, como se vê a seguir.

4. Asas do desejo: a escolha pelo curso superior de ciências e a busca pela especialização

Esta seção abordará as motivações e influências que agiram na escolha das cientistas pelos cursos superiores nos quais se diplomaram e nos primeiros passos rumo à atividade de pesquisa – em geral, iniciada nos estágios (voluntários e, posteriormente, com bolsa) e cursos de especialização oferecidos pela Escola de Manguinhos. Tais cursos, conhecidos como Curso de Aplicação, surgiram em 1908 no IOC para o aprimoramento prático e teórico de seus próprios pesquisadores. Com o tempo, atraiu um público cada vez mais amplo e, a partir de 1949, diversificou também as especialidades oferecidas, acompanhando a modernização técnica e o desenvolvimento das diferentes disciplinas científicas no contexto nacional e internacional (AZEVEDO, FERREIRA, 2012).

Essa experiência foi fundamental para o posterior ingresso das cientistas na instituição, tendo sido convidadas pelos próprios professores-pesquisadores que as orientaram. Das 32 cientistas em foco, pelo menos 28 delas frequentaram os cursos de Manguinhos, algumas das quais, tendo o feito mesmo antes de ingressar na faculdade ou se formar. Veremos como se deu esse trajeto no caso das pertencentes à geração das Modernas, a partir de seus próprios depoimentos (FUNDO CASA DE OSWALDO CRUZ). A exposição segue a ordem cronológica da experiência universitária vivida por elas.

Luiza Krau é a primeira do grupo a formar-se em História Natural, em 1946. Desde a admissão ginasial, contou com o apoio de professores que lhe ofereceram gratuidade em cursinho e preparo em todos os níveis de ensino até o vestibular – já no fim do primário, um de seus mestres insistia: ela tinha vocação para os estudos e deveria continuar. Enquanto estudava, também trabalhava dando aulas particulares e em

cursinhos, talvez relembando os ensinamentos de botânica recebidos pela irmã quando criança. O amor pela natureza havia sido cultivado desde pequena e a escolha do curso causou apreensão por parte da mãe, temendo que as oportunidades profissionais fossem menores do que a carreira de normalista. Nesse período, a Faculdade Nacional de Filosofia diplomava suas primeiras turmas, e não adquirira ainda grande visibilidade. Na sua classe eram 5 alunos apenas: 3 mulheres e 2 homens. Já formada e lecionando em dois colégios secundários, um colega de magistério lhe sugeriu que se inscrevesse no curso de Biologia Marinha do cientista francês Pierre Drach no IOC, em 1948. Após concluir o curso, o diretor da instituição, Henrique Aragão, a convidou para estagiar no local, depois de lhe aplicar um teste sobre os conhecimentos adquiridos.

Otilia Rodrigues, por sua vez, optou pela Química Industrial – com o objetivo claro de trabalhar, embora não soubesse ao certo como. Mas ela recorda-se que já tinha em Marie Curie (1867-1934) um modelo público feminino a ser seguido. Desde o colégio ela se deslumbrou com a primeira aula de química e considera que, em sua época, era “um pouco mais comum” as mulheres fazerem faculdade e trabalharem. Em sua turma (1946-1949), de 60 estudantes, 13 eram moças, e ela ainda complementou sua formação com o curso de Engenharia Química, concluído em 1957. Já na primeira opção, seu pai entusiasmou-se, sintonizado com a valorização da área no pós-guerra: “escolheu a profissão do futuro”. Com o diploma de Química Industrial, Otilia trabalhou por um período em um laboratório farmacêutico, mas pediu demissão para poder dedicar-se ao Curso de Bioquímica do IOC, ministrado por Gilberto Villela em 1952. Ela tinha interesse em expandir seus conhecimentos e aprimorar-se no campo da pesquisa. No ano seguinte, matriculou-se em outro curso de Villela, Bioquímica das Vitaminas, e enfim, foi convidada pelo mentor para ser sua assistente.

Dyrce Lacombe queria fazer medicina, mas sua família não possuía condições financeiras para tanto. Foi um professor do colégio e cientista do Museu Nacional, Newton Dias dos Santos, que a apoiou na escolha pela História Natural e a preparou para o vestibular em aulas improvisadas num botequim. Ela já nutria o desejo de tornar-se pesquisadora, encantada desde o ginásio com as aulas práticas de zoologia marinha na praia de Sepetiba. Em 1950, ela frequentou o curso de extensão universitária em zoologia, ministrado por Newton Santos no Museu, tornando-se sua estagiária. Ele a indicou para o curso de Entomologia Geral do professor Rudolf Barth, no IOC, em 1952 – antes de ingressar na faculdade, o que ocorreria naquele mesmo ano. Paralelamente, Dyrce atuava

no Instituto Lafayette como assistente de Olympio da Fonseca, diretor do IOC. Ele intermediou seu recrutamento para o estágio em Manguinhos após a conclusão do curso com Barth, de quem tornou-se uma de suas poucas discípulas.

Itália Kerr também se interessou pelas disciplinas de ciências desde o colégio, quando gostava de ensinar a irmã mais nova, mais inclinada a ouvir o rádio do que a estudar. Seu pai, que gostava muito de biologia, lhe estimulava comprando livros como *A origem das espécies*, de Charles Darwin, e falava sobre a importância de Manguinhos como grande centro de pesquisa. Foi durante o pré-vestibular, no início dos anos 1950, que ela descobriu a existência do trabalho em laboratório. Amante dos esportes e num momento de enfrentamento com o pai, ela chegou a trancar o curso de História Natural para ingressar no de Educação Física, mas retornou em 1954 para diplomar-se como naturalista em 1957. Era a busca pela liberdade que a movia. Ainda na faculdade, foi convidada pelo professor Olympio da Fonseca para estagiar no IOC, onde passou por diferentes orientadores e especialidades.

Pedrina Cunha se inspirou no exemplo das irmãs, que se iniciavam em Medicina, mas buscou ser “um pouco diferente” e escolheu o curso de Farmácia (1955-1958). Em sua turma, as mulheres eram cerca de 15, de 25 estudantes no total. Ela também buscava se desvencilhar de seu perfil familiar de origem: pai provedor e mãe cuidadora dos filhos. Seu desejo era ter a liberdade de “guiar seu próprio rumo”, movida pela vocação e a busca pelo saber. Em 1959 ela concluiu um curso de especialização em laboratório de saúde pública, de onde recebeu o convite para estagiar no IOC – alguns dos professores do curso eram cientistas da instituição. A experiência mudou completamente seus planos iniciais de retornar à cidade natal e trabalhar em laboratório de análises clínicas. Convidada a permanecer em Manguinhos, optou pela pesquisa científica.

Já para Monika Barth, filha de um pesquisador já inserido no Instituto Oswaldo Cruz, sua imersão no mundo científico se deu desde criança. Visitava o laboratório de entomologia do pai com frequência, onde brincava de cortar blocos de parafina e corar lâminas para observá-las no microscópio, com o auxílio do técnico Pedro. Quando ingressou no curso de História Natural, em 1958, já tinha em mente ser pesquisadora. Em sua turma de 36 alunos, apenas 6 eram homens. Na sua visão, a maioria feminina no curso era devida à falta de perspectiva futura da atividade de pesquisa, que ainda mobilizava esforços por sua afirmação profissional: “quem era homem que fazia era para ser professor, não era para fazer pesquisa”. Foi seu pai que a indicou para um estágio no IOC,

em 1959, depois de já ter estagiado no ano anterior no Jardim Botânico. Ela dedicou-se a estudos ainda incipientes no Brasil no campo da ecologia, orientada por Henrique Pimenta Velloso.

Anna Kohn sentia-se atraída pela área da saúde e buscava independência financeira – não queria depender de homem nenhum, mesmo planejando casar-se e ter filhos. Descartou a Medicina pois acreditava não ser compatível com o matrimônio e a maternidade. Foi seu professor de cursinho, Abdolaziz de Alcântara, de quem era assistente no Colégio Anglo-Americano, que a instigou pela História Natural. Com Alcântara, ela teve seu primeiro contrato de trabalho remunerado, como auxiliar de laboratório. Em 1959, com 19 anos, ela assumiu um programa televisivo de divulgação científica – *Ciência no Ar*, na TV Tupi – a convite de outro professor do colégio. Para estudar para o vestibular e preparar suas aulas, Anna frequentava o Museu Nacional, onde conheceu o pesquisador Victor Stawiarski, que lhe emprestou uma coleção de aranhas caranguejeiras, apresentadas no programa. Para outra sessão educativa, procurou Paulo Bornheim, estagiário de Lauro Travassos (1890-1970) no IOC, em busca de cobras de laboratório. Sua presença chamou a atenção de Travassos, que a convidou a estagiar em 1960, em seu primeiro ano universitário. Em 1961 ela concluiu o Curso de Helminologia em Manguinhos e passou a receber bolsa.

Delir Corrêa escolheu o curso de História Natural (1963-1966) justamente com o intuito de trabalhar no IOC. Quando estava no pré-vestibular, em 1961, visitou a instituição e conheceu Lauro Travassos, que lhe revelou que naquele tempo a Medicina não era mais a única formação possível para ingressar no local. As aulas de ciências já lhe cativaram desde o tempo do ginásio, quando ela se esmerava nas atividades de ilustração de órgãos dos seres vivos. Em 1962, frequentou como ouvinte o Curso de Entomologia ministrado em Manguinhos e, no ano seguinte, caloura universitária, iniciou seu estágio com Travassos e o pesquisador João Ferreira Teixeira de Freitas (1912-1970).

Por fim, Dely Noronha teve seu primeiro contato com um laboratório de química durante a monitoria que realizou no colégio, com mais 9 alunas, e ficou maravilhada. Mas foi no grupo de estudos do professor Fritz de Lauro, durante o pré-vestibular, que conheceu o mundo das coleções científicas e despertou sua vocação para a História Natural. Ela chegou a cogitar o curso de Medicina, mas participou de uma cirurgia de biópsia com Lauro e desistiu imediatamente. Ainda antes de ingressar na universidade, em 1963, um antigo docente do científico e também pesquisador do IOC, Domingos

Arthur Machado Filho (1914-1990), lhe encaminhou para um estágio não remunerado em Manguinhos para se preparar para um concurso de laboratorista do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ali ela conheceu o mundo da pesquisa e nunca mais saiu: ingressou na Faculdade no ano seguinte, já inserida no ambiente científico de Manguinhos. Já em 1964 recebeu bolsa sob orientação de Lauro Travassos, com quem trabalhou em sua famosa coleção de borboletas e na Seção de Helminologia, liderada por esse grande recrutador da ciência.

5. Considerações finais: oportunidades e desafios

A análise das trajetórias das primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz possibilita trazer um novo olhar para a história das ciências e também das mulheres enquanto agentes históricos no Brasil. Esperamos com este artigo, que é resultado de uma pesquisa mais ampla, ter evidenciado aspectos de um processo de mudança social – do ponto de vista de gênero e da prática científica – do qual nossas protagonistas se envolveram de forma ativa. Embora sejam mais frequentes, atualmente, estudos dedicados à visibilidade das mulheres atuando na ciência, este recorte focaliza as características e condições antecedentes ao ingresso profissional de uma coletividade de mulheres num período ainda pouco explorado.

Tais aspectos foram investigados pela busca do perfil do grupo, ou seja, as propriedades comuns que perpassam a experiência das 32 cientistas em tela. Dispostas em três gerações, foram ordenadas em função do período em que conquistaram sua diplomação superior, ponto de partida para o início de suas vidas profissionais. Os cursos concentram-se em Farmácia (10), História Natural (9), Química (7) e Medicina (6). A geração das Modernas, formadas a partir do pós-guerra, é o grupo mais expressivo – o amadurecimento das instituições universitárias mostra-se mais propício à formação das futuras pesquisadoras do IOC. É nesse período que aparecem as formadas em História Natural, curso majoritário dentre a totalidade das gerações, e também quando se identificam aquelas oriundas das classes sociais mais baixas. A maioria é brasileira, frequentemente descendente de imigrantes, nascida no estado do Rio de Janeiro e formada pela Universidade do Brasil, excetuando-se as da 1a. geração. Para as Pioneiras e Fundadoras, as opções disponíveis eram os cursos de Farmácia e Medicina (ainda de pouca acessibilidade em geral), seguidos pela Química.

No âmbito privado, o incentivo familiar pelos estudos e expansão de horizontes de atuação é o primeiro esteio para futuros êxitos profissionais, independente de suas origens socioculturais. Como exposto, destaca-se nesse quesito o apoio de figuras femininas – talvez almejando, para as filhas, uma conquista a que as próprias mães não tiveram acesso. Embora nem sempre com objetivos bem definidos, as jovens compartilhavam uma mentalidade que vislumbrava algo mais que o encerramento na esfera doméstica, como era o papel social instituído de gerações anteriores. Em seu contexto, costumes cotidianos se transformavam e surgiam novas sensibilidades e identidades possíveis às mulheres.

Não apenas no plano cultural, condições institucionais também se estruturavam, inerentes ao processo de modernização e urbanização da sociedade brasileira desde início do século XX e com ponto de inflexão no pós-II Guerra. Como uma das vertentes, as sucessivas reformas educacionais, que encontraram seu auge na remodelação do ensino superior nos anos 1930/1940, contemplaram um considerável contingente feminino, mesmo não sendo o público alvo objetivado por seus idealizadores. A expansão do mercado de trabalho nos setores da indústria e de serviços também mobilizou as mulheres em busca de atividades profissionais.

Por fim, a crescente valorização da Ciência, com o incremento do fomento estatal no contexto da Guerra Fria, deu fôlego a aspirações coletivas de cientistas entusiastas de uma identidade profissional ligada à pesquisa, que era defendida desde as últimas décadas dos oitocentos. As investigações ancoradas em disciplinas cada vez mais especializadas e sem fins práticos imediatos encontraram legitimação num discurso que as relacionava a possíveis aplicações futuras em demandas sociais. No caso do Instituto Oswaldo Cruz, a solução de problemas ligados à saúde pública era a principal justificativa para muitas das pesquisas situadas no âmbito da ciência básica, para as quais as mulheres também se destinaram.

No domínio extrafamiliar, fora dos lares, o recrutamento ativo dos professores dessas moças já diplomadas ou em processo de escolarização, também foi determinante – especialmente ao cooptá-las para os cursos de Manguinhos, condição obrigatória para o ingresso na instituição. O que demonstra, ao mesmo tempo, uma opinião pública que não via com restrições a participação feminina no mundo da ciência e, provavelmente, o interesse desses membros da comunidade científica em angariar discípulos que pudessem fortalecer e reproduzir os projetos de desenvolvimento da atividade de pesquisa brasileira,

ainda em processo de afirmação do ponto de vista de seu papel social. Diante de um crescente número de mulheres interessadas e qualificadas para tanto, dispensar sua participação seria restringir os esforços na luta pela profissionalização da carreira.

Nesse período, aqueles identificados como cientistas desdobravam-se entre institutos de pesquisa, magistério em diferentes níveis de ensino, laboratórios de análise, indústria química e farmacêutica ou a clínica médica para garantir seu sustento financeiro. A carreira científica viria a encontrar bases mais estruturadas a partir dos anos 1970 com a implementação do sistema de pós-graduação, especialmente nas universidades. As décadas de 1940/1950, quando nossas protagonistas ingressaram em maior número no IOC, foram justamente um momento de transição, no qual se debatia e negociava tais condições. A “profissão ciência” era uma categoria fluida e sua identidade profissional estava ainda em conformação.

Dessa forma, pode-se inferir que as mulheres, enveredando-se por caminhos ainda incertos, mas receptivos à sua participação, contribuíram de forma ativa e em diferentes especialidades, para o aprofundamento da institucionalização da ciência no Brasil. Essa inserção se deu com base em diferentes oportunidades que se abriam a partir de transformações culturais e institucionais do período. Dentre estas últimas, se destacam o surgimento de políticas públicas educacionais e científicas que, mesmo não sendo movidas por ideais igualitários de gênero, mostraram-se um terreno permeável a uma parcela do público feminino: jovens imersas num ambiente favorável à sua escolarização e, um tanto ousadas, dispostas a trilhar rumos ainda pouco explorados.

É importante trazer a historicidade da conformação desse sujeito coletivo de “mulheres que fazem ciência” no Brasil de meados do século XX. Não apenas evidenciar sua existência com dados quantitativos, mas também compreender, de forma qualitativa, o fazer cotidiano e subjetivo dessas profissionais, escutar suas motivações e expectativas, seus dilemas, medos e desejos – os quais transitam entre a individualidade própria de cada uma e a experiência social comum daquele grupo feminino atravessado por suas influências contextuais. Percebemos a ocorrência de valores que coexistiam: o da mulher doméstica, que por vezes receava sacrificar o matrimônio e a maternidade, os limites presentes no imaginário e na prática daquelas que ousavam dar um passo à frente; e o da mulher pública, moderna e profissional, inserida na cultura científica de sua época, estimulada pela família e pelos mestres, que seguia os ritos e socialização próprios de um aprendiz de ciência.

Entretanto, o contraponto é sempre necessário. As narrativas memorialistas, como os depoimentos pessoais das pesquisadoras aqui abordadas, costumam seguir a lógica do sucesso e do pertencimento. As desigualdades e violências, ainda presentes nos dias de hoje, nem sempre explícitas, subjazem sutilmente em suas trajetórias. Dentre as naturalistas, algumas restrições ao trabalho de campo são encontradas – as que seguiram esse caminho, ora iam acompanhadas de sua mãe ou marido, ora requeriam atenção redobrada do chefe da expedição. Os assédios, relatados como “paqueras”, também são frequentes. Embora algumas tenham ocupado cargos de liderança, a ascensão profissional nem sempre acompanhava o ritmo de seus colegas homens. A proteção de seus mentores na escolha dos objetos de pesquisa e na forma de conduta num ambiente permeado por disputas e rivalidades, por vezes assumia o caráter de posse: “eu era como o microscópio dele”, dizia uma das cientistas.

Se pretendemos tornar visível um fenômeno social pouco conhecido – o de que mulheres se profissionalizavam e faziam ciência nos anos 1940/1950 no Brasil -, servindo de inspiração e exemplo às gerações atuais, perceber desafios antigos que permanecem é também uma forma de conscientização sobre o longo percurso necessário até alcançarmos a plena equidade de gênero nesta e em qualquer outra esfera de atuação.

Referências

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, v. 27, 2006.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, pp.581-610.

BARROSO, Carmen Lúcia M.; MELLO, Guiomar Namo de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.15, 1975, pp. 47-77.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP: Horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

BOTELHO, Antonio José Junqueira. The professionalization of brazilian scientists, the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC), and the State, 1948-60. **Social Studies of Science**, v.20, n.3, august 1990, p.473-502.

CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Instituições de pesquisa (básica e aplicada). Série Informação – 5, 1957.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: Redor/Neim-FFCH/Ufba, 2002. 320p. Coleção Bahianas, 8.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S.l.], n.16, 2013. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/511>.

FERNANDES, Ana Maria. **Construção da ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: UnB, 2000.

FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, pp.43-71.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2º semestre de 1989, pp.71-99.

FUNDO CASA DE OSWALDO CRUZ. Seção Departamento de Arquivo e Documentação. (Projetos de Pesquisa: “Memória das Coleções Científicas do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz” - Depoimentos orais). BR RJCOC 05-06-01-01-02-05.

FUNDO CASA DE OSWALDO CRUZ. Seção Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde. (Projetos de Pesquisa: “Memória de Manguinhos” e “Gênero e ciência: carreira e profissionalização no IOC, Museu Nacional e Instituto de Biofísica” - Depoimentos orais). BR RJCOC 05-05-02.

FUNDO FNFI. “Relação dos diplomados pela Faculdade Nacional de Filosofia”, 1942-1955. Notação 399. Proedes-F.E./UFRJ.

FUNDO INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Seção Departamento de Ensino e Cursos. BR RJCOC 02-20.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LOMBARDI, Maria Rosa; VANNUCHI, Maria Lúcia; VILLAS BÔAS, Lúcia (Orgs.). **Gênero e os trabalhos das mulheres: percursos de uma trajetória de pesquisa.**

<https://www.fcc.org.br/fcc-livros/genero-e-os-trabalhos-das-mulheres>

LOPES, Maria Margaret (Org.). **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, 27, 2006.

LOPES, Maria Margaret; SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). **Gênero**, Niterói, EdUFF, v. 5, n. 1, p. 97-109, 2004. <https://doi.org/10.22409/rg.v5i1.223>

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M.M. (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

RODRIGUES, Carlos Rangel; FERREIRA, Levy Gomes; FREITAS, Maria Rosa A.B.C. de; LEITE, Mirian Ribeiro; LEITÃO, Suzana Guimarães. A Faculdade de Farmácia da UFRJ. In: QUEIROZ, A.C.B.; OLIVEIRA, A.J.B. (orgs.). **Universidade e lugares de memória II**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/140/1/memoria3.pdf#page=55>

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: MCT, 2001.

SILVA, Alexandro Pereira da; SANTOS, Nadja Paraense dos; AFONSO, Júlio Carlos. A criação do curso de Engenharia Química na Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil. **Química Nova**, v.29, n.4, pp. 881-888, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/i/2006.v29n4/>.

SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937**. Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói. 1974.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret; VELHO, Lea M. L. Strini. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. **Varia Historia**, v. 24, n. 39, p. 311–327, jan. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000100015>

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. “Honrosas comissões” e o papel educativo do museu moderno: divulgação científica, proteção à natureza e a luta pelo progresso feminino na atuação de Bertha Lutz (décadas de 1920 e 1930). **Revista Feminismos**, v. 2, p. 131-150, 2014. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30027>

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. Mulheres que fazem ciência: as primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz e a profissionalização da pesquisa científica (Rio de Janeiro, 1938-1968). In: MONTENEGRO, R.D.; SILVA, F.R.; GUEDES, R.S. (Org.). **História das ciências e tecnologia: onde estão as mulheres?** 1ed. Campina Grande: Amplla Editora, 2021, p.380-392. <https://doi.org/10.51859/amplla.hct320.1121-31>

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. **Mulheres que fazem ciência: oportunidades, pesquisa e carreira científica no Instituto Oswaldo Cruz (1938-1968)**. 2023. 341 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/64663>

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; AZEVEDO, Nara. Cobiaias, microscópios e vidraria: trajetórias coletivas de pesquisadoras da saúde no Instituto Oswaldo Cruz em meados do século XX. **Dimensões – Revista de História da Ufes**, Vitória, v.54, n.1, p. 239-274, 2025. <https://doi.org/10.47456/te6sj950>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/46397>

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; LOPES, Maria Margaret; BESSA, Karla Adriana Martins. Genealogia intelectual de mulheres: Indicadores e trajetórias nas ciências biológicas no Brasil a partir dos anos 1950. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 20, n. 38, p. 504–528, 2024. DOI: 10.30612/rehr.v20i38.19142. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/19142>

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TOSI, Lucía. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. **Ciência e cultura**, v.33, n.2, fev. 1981, pp. 167-177.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (orgs.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas-Marco Zero, 1994, pp.89-110.